



Município de Santo Antônio de Pádua

Estado do Rio de Janeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 004/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA CAMINHÕES, CAMINHONETES E UTILITÁRIOS.

PROCESSO ADMINISTRATIVO 5814/2023 EDITAL: 063/2023 PREGÃO PRESENCIAL

HOMOLOGAÇÃO: 15/01/2024

EMPRESA: MULTI PEÇAS PÁDUA LTDA

ENDEREÇO: EST PÁDUA PIRAPETINGA, KM02 – SANTA AFRA

CNPJ: 11.701.636/0001-87

TELEFONE: 22-3853-3304

E-MAIL: multipecaspdua@hotmail.com

PROCESSO: 5814/2023
Folhas: 193
SETOR DE LICITAÇÃO
PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, na sala do Departamento de Compras e Órgão Gerenciador do Município de Santo Antônio de Pádua, situado na Praça Visconde Figueira, s/n, primeiro andar, Centro, Santo Antônio de Pádua/RJ, responsável pelo Órgão Gerenciador, Sr^a. Maria Cristina Cretto França, nos termos do Decreto Municipal nº145 de 23 de dezembro de 2009, nº015 de 17 de fevereiro de 2017 e nº081 de 01 de agosto de 2017, face a classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO PRESENCIAL através do procedimento do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** para **FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA CAMINHÕES, CAMINHONETES E UTILITÁRIOS**, segundo critérios estabelecidos no **EDITAL 063/2023** e, ainda, em virtude da deliberação do **Exmº Sr. Prefeito Municipal, Sr. Paulo Roberto Pinheiro Pinto**, decidindo-se pela homologação do resultado da licitação, resolve, registrar os preços apresentados pela empresa acima identificada, neste ato representada por **Gerson**:

ITEM	QUANT		ESPECIFICAÇÃO	MULTI PEÇAS % PERCENTUAL DE DESCONTO
1	2400	HORA	EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CAMINHÕES, CAMINHONETES E UTILITÁRIOS.	15%
2	350	HORA	EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA	14,5%

1. O Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, observada a necessária publicação, prorrogável na forma da lei, mediante justificativa por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

PROCESSO: 5814 / 2023
Folhas: 194
SECRETARIA LICITATÓRIA

2 RECURSO ORÇAMENTÁRIO

2.1. As despesas decorrentes das obrigações assumidas com a presente correrão à conta das dotações orçamentárias enviadas pelas Secretaria solicitante e averiguadas pela Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, conforme **abaixo**:

<i>Secretaria Municipal de Transportes</i>		
<i>Programa de Trabalho</i>	<i>Natureza da Despesa</i>	<i>Fonte de Recursos</i>
26.782.0186 2.243.000	3.3.90.39.00.00.00	704 – Transf. União ref Royalties do Petróleo e Gás Natural
<i>Secretaria Municipal de Meio Ambiente</i>		
<i>Programa de Trabalho</i>	<i>Natureza da Despesa</i>	<i>Fonte de Recursos</i>
04.122.0001.2.002.000	3.3.90.39.00.00.00	704 – Transf. União ref Royalties do Petróleo e Gás Natural
<i>Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural</i>		
<i>Programa de Trabalho</i>	<i>Natureza da Despesa</i>	<i>Fonte de Recursos</i>
04.122.0001 2.002.000	3.3.90.39.00.00.00	500 – Outros recursos não vinculados
04.122.0001 2.002.000	3.3.90.39.00.00.00	704 – Transf. União ref Royalties do Petróleo e Gás Natural
<i>Secretaria Municipal de Agricultura</i>		
<i>Programa de Trabalho</i>	<i>Natureza da Despesa</i>	<i>Fonte de Recursos</i>
04.122.0001 2.002.000	3.3.90.39.00.00.00	500 – Outros recursos não vinculados
04.122.0001 2.002.000	3.3.90.39.00.00.00	704 – Transf. União ref Royalties do Petróleo e Gás Natural
<i>Secretaria Municipal de Iluminação Pública</i>		
<i>Programa de Trabalho</i>	<i>Natureza da Despesa</i>	<i>Fonte de Recursos</i>
04.122.0001.2.002.000	3.3.90.39.00.00.00	704 – Transf. União ref Royalties do Petróleo e Gás Natural
<i>Secretaria Municipal de Educação</i>		
<i>Programa de Trabalho</i>	<i>Natureza da Despesa</i>	<i>Fonte de Recursos</i>
12.361.0001 2.002.000	3.3.90.39.00.00.00	500 – Recursos não vinculados de impostos
12.361.0001 2.002.000	3.3.90.39.00.00.00	553 -Transf. Recursos FNDE – Prog. Nacional apoio transporte escolar - PNATE
12.361.0001 2.002.000	3.3.90.39.00.00.00	573 – Royalties do petróleo/ Gás natural vinculado à educação
<i>Secretaria Municipal de Defesa Civil</i>		
<i>Programa de Trabalho</i>	<i>Natureza da Despesa</i>	<i>Fonte de Recursos</i>
04.122.0001.2.002.000	3.3.90.39.00.00.00	704 – Transf. União ref Royalties do Petróleo e Gás Natural

3. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO E PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO.

3.1. A vencedora do certame licitatório deverá dentro do prazo máximo de **05 (cinco) dias** retirar a nota de empenho após a convocação realizada pela **SECRETARIA SOLICITANTE**.

3.2. Antes da realização do serviço, apresentar orçamento dos serviços solicitados no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, após a entrada do maquinário no seu estabelecimento ou da solicitação do serviço;

3.2.1. O prazo para a **execução do serviço** é de **05 (cinco) dias**, contados a partir da aprovação do orçamento pela secretaria solicitante e da retirada da **nota de empenho**, prorrogável na forma da lei, mediante justificativa por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente, nas hipóteses previstas na **Lei Federal nº8.666/93 e alterações posteriores**.

3.4. Possuir oficina, num raio de até **06 km da sede municipal**, com capacidade de atendimento as demandas municipais, inclusive de realização de manutenção de mais de 1 veículo, quando necessário.

3.5. A medida acima exposta se faz necessária, visto que não é vantajoso para a administração deslocar seu maquinário para oficinas fora do perímetro da sede municipal, dado o alto consumo de combustível para que esse deslocamento ocorra, o que elevaria o custo do serviço aos cofres públicos e caracterização de uma contratação não eficiente, não econômica e não vantajosa para a municipalidade.

3.6. O serviço deverá, preferencialmente, ser executado de segunda a sexta-feira, entre 7h às 17h, salvo feriados e pontos facultativos. Dada a urgência no reparo do maquinário, o serviço, excepcionalmente, poderá ser realizado nos finais de semana.

3.7. Em casos onde o veículo venha a interromper seu funcionamento, durante a realização de um serviço e a mesma fique assim, impossibilitada de se locomover até a oficina, o serviço poderá ser prestado no local onde a mesma se encontrar.

3.8. Possuir em seu quadro funcional, profissionais qualificados e com experiência na manutenção preventiva e corretiva dos veículos estipulados.

3.9. Todas as despesas de transporte, deslocamento, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente da realização do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

4. PRAZO DE ENTREGA, DE GARANTIA E DE SUBSTITUIÇÃO DOS MATERIAIS

4.1.1. O serviço deve ser realizado em até **05 (cinco) dias úteis**, após a aprovação do orçamento pela secretaria que solicitou o serviço e retirada da nota empenho.

4.1.2. Por prazo de entrega entende-se o prazo considerado até que os veículos estejam em pleno funcionamento, quando dependente da realização do serviço para seu funcionamento e tendo sido entregue no local indicado pelo CONTRATANTE.

4.1.3. Qualquer alteração do prazo de entrega dependerá de prévia e expressa aprovação, por escrito, do CONTRATANTE.

4.2. PRAZO DE GARANTIA DA SUBSTITUIÇÃO DAS PEÇAS

4.2.1. O prazo de garantia da substituição das peças, objeto deste contrato, é de no mínimo **90 (noventa e seis) dias**, contados a partir do recebimento e atestação definitiva dos serviços pelo CONTRATANTE.

PROCESSO: 5814 / 2023
Folhas: 195
SETOR DE LICITAÇÃO

4.3. PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO DOS MATERIAIS

4.3.1. O prazo máximo para a CONTRATADA efetuar a substituição, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, de todo e qualquer material que durante o período de garantia venha a apresentar defeito de fabricação, é de **48 (quarenta e oito) horas**, a partir da data da comunicação pelo CONTRATANTE.

5. DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA E EXECUÇÃO DATA

5.1 Homologado o certame e adjudicado o objeto da licitação à empresa vencedora, essa deverá dentro o prazo máximo de **05 (cinco) dias** assinar a ata de registro após a convocação realizada pelo **Município de Santo Antônio de Pádua**.

5.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o Órgão para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja(m) assinada(s) no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

5.3. O prazo estabelecido para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

5.4. A existência dos preços registrados não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento do objeto pretendido, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro à preferência de seu fornecimento, em igualdade de condições.

5.5. O prazo de execução do objeto é de **12 (doze) meses**, sem interrupção e prorrogável na forma da lei, mediante justificativa por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente, assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nas hipóteses previstas na **Lei Federal nº8.666/93 e alterações posteriores**, especialmente os motivos elencados no **§1º do artigo 57 do referido diploma legal**.

5.6. O início da contagem do prazo deverá coincidir com a data da assinatura da ata, por ambas as partes.

6. FORMA DE EXECUÇÃO

6.1. A execução do serviço deverá ser realizada em parcelas, de acordo com as demandas enviadas pelas Secretarias participantes do registro de preços através do órgão gerenciador. A prestação do serviço deverá ser realizada no estabelecimento da contratada, com exceção do exposto no **item 7.7.**

7. LOCAL DE ENTREGA DOS VEÍCULOS

7.1. Os veículos após a manutenção com possíveis substituição de peças deverá ser entregues na sede da Secretaria solicitante do serviço, conforme relação de endereços.

8. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

8.1. A Contratada, além das obrigações elencadas no presente Termo de Referência e as resultantes da observância das Leis 8.666/93 e 10.520/02 e do Decreto 5.450/05, obriga-se a:

8.1.1. Possuir oficina situada na zona urbana da sede do Município de Santo Antônio de Pádua/RJ, conforme **itens 7.4. e 7.5.** deste Termo de Referência.

8.1.2. Refazer, sem custos adicionais e no mesmo prazo definido para o serviço rejeitado, todos os serviços recusados pela fiscalização do contrato;

8.1.3. Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;

8.1.4. Possuir em seu quadro funcional, profissionais qualificados e com experiência na manutenção preventiva e corretiva dos veículos elencados.

8.1.5. Possuir sistema computadorizado para diagnóstico e aferição de sistemas de injeção eletrônica;

8.1.6. Possuir sistema computadorizado para teste e limpeza de injetores;

8.1.7. Possuir local apropriado para guarda e conservação dos veículos, devendo ser em área fechada, com total segurança e, ainda, abrigados do sol e da chuva em tempo integral, enquanto estiverem sob a responsabilidade da Contratada;

8.1.8. Dispor, quando da prestação dos serviços, de ferramental e instrumental técnico compatível e adequado para realização dos reparos, substituições e testes necessários;

8.1.9. Apresentar orçamento dos serviços solicitados no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** após a entrada do veículo no seu estabelecimento.

8.1.10. Realizar o serviço em até **05 (cinco) dias úteis**, após a aprovação do orçamento pela secretaria que solicitou o serviço e retirada da nota empenho.

8.1.11. Reparar ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços objetos do contrato rejeitados pela Contratante, ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido dos veículos;

8.1.12. Responder por todo e qualquer dano material ou pessoal havido em decorrência de culpa ou dolo de empregados ou prepostos da Contratada, no conserto ou manejo dos veículos do Município, sendo-lhe assegurada defesa prévia;

8.1.13. O valor correspondente à satisfação dos danos causados em bens de propriedade do Município, será debitado de acordo com o preço de mercado, no pagamento que a empresa vier a fazer jus, em função do montante e interesse administrativo, recolhido por depósito a favor do Município;

8.1.14. Transferir a outrem somente os serviços que exijam especialização não usual a oficinas mecânicas e elétricas, mediante prévia e expressa autorização da Contratante. Em tal hipótese, a Contratada discriminará no orçamento os serviços a serem transferidos, bem como a identificação da empresa executante (razão social e CNPJ). A autorização, sendo o caso, será concedida no próprio orçamento. Em qualquer caso, a Contratada assumirá total responsabilidade pela qualidade dos serviços prestados;

8.1.15. Após a realização de cada serviço, disponibilizar profissional competente para acompanhar o representante da Contratante na realização de teste, quando os serviços efetuados serão testados com o veículo trafegando, efetuando a entrega da mesma em boas condições de limpeza;

8.1.16. Dar aos serviços solicitados pela municipalidade, a prioridade no seu atendimento, dado o seu interesse público.

8.1.17. Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.18. Responder por todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços e produtos fornecidos;

- 8.1.19.** Após a realização de cada serviço, disponibilizar profissional competente para acompanhar o representante da Contratante na realização de teste, quando os serviços efetuados serão testados com o veículo trafegando, efetuando a entrega da mesma em boas condições de limpeza;
- 8.1.19.** Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os custos, despesas e encargos resultantes da execução dos serviços e no local de prestação dos mesmos, no que couber, tais como: equipamentos, ferramentas, locação de imóvel, alimentação, acomodações, seguros, limpeza, vigilância, manutenção, etc., incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, inclusive seguro contra acidentes de trabalho, assim como ferramental e equipamentos de segurança;
- 8.1.20.** Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, bem como por quaisquer acidentes ou mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada nos artigos 3º e 6º do Regulamento do Seguro de Acidentes de Trabalho, aprovado pelo Decreto n.º 61.784, de 28.11.67. A inadimplência da Contratada para com estes encargos, não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato, ficando ciente de que não estabelece, por força da prestação dos serviços objeto deste Edital, qualquer relação de emprego entre a Contratante e os empregados que a Contratada fornecer para execução dos serviços;
- 8.1.21.** Estar em dia e em situação regular no Cadastro de Fornecedores do Município, quando da assinatura do contrato e da apresentação das faturas;
- 8.1.22.** Atender prontamente quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da contratação, permitindo, inclusive, a entrada em sua oficina do Fiscal de Contrato para avaliar as condições do local e dos equipamentos necessários à boa execução do contrato;
- 8.1.23.** As atividades constantes do contrato são de exclusiva competência e responsabilidade da Contratada, mas as mesmas podem ser acompanhadas e fiscalizadas pela Contratante a qualquer instante e sem aviso prévio;
- 8.1.24.** Em casos de necessidade de troca de peças, materiais ou acessórios, que os substituídos sejam entregues ao representante da municipalidade, no ato de entrega do veículo reparado, com expedição de guia de entrega, com descrição completa do item substituído.
- 8.1.25.** Emitir notas fiscais de serviço para os serviços de mão de obra mecânica correspondentes a cada empenho de despesa;
- 8.1.26.** Garantir o perfeito funcionamento dos serviços executados pelo período mínimo de **90 (noventa) dias**. Este prazo deve ser garantido mesmo após o término do contrato e a contar da data do guia de entrega do veículo, atestando seu pleno funcionamento.
- 8.1.27.** A Contratada não responderá pela garantia dos serviços executados se eventual reincidência do defeito for causada por danos provocados por quebra proposital ou uso inadequado dos veículos por parte de funcionários da Contratante, devidamente comprovado, ou se a Contratante fizer qualquer tipo de alteração nas especificações técnicas dos veículos, não recomendadas pelo fabricante;
- 8.1.28.** Manter preposto junto à Administração, para representá-la quando da execução do contrato e atuar junto à Contratante, que tenha poderes para tratar de assuntos relacionados aos serviços e garantir o bom andamento dos mesmos bem como a correção de falhas eventualmente detectadas, o qual terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao Fiscal de Contrato e tomar as providências pertinentes;
- 8.1.29.** Fornecer mensalmente ao Fiscal de Contrato relatório de manutenção individualizado por veículo, contendo o registro de todo trabalho efetuado e das peças eventualmente substituídas;
- 8.1.30.** Permitir o acesso do Fiscal de Contrato nos locais onde se realizar a manutenção dos veículos a fim de verificar o andamento e as condições da execução dos serviços prestados. O respectivo acesso deverá ser acompanhado por representante da Contratada;
- 8.1.31.** Cumprir fielmente o que estabelecem as cláusulas e condições do contrato, de forma que os serviços a serem executados mantenham os veículos em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento, mediante assistência técnica e serviços de manutenção corretiva, bem como as verificações prescritas no manual do proprietário, em conformidade com as condições e especificações emanadas do fabricante;
- 8.1.32.** Fornecer materiais de consumo tais como: graxa, estopas, materiais para solda, materiais de limpeza, e outros.

9. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

9.1. Além das obrigações resultantes da observância das Leis 8.666/93 e 10.520/02, são obrigações da Contratante:

9.1.1. Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias para o bom andamento dos serviços dentro das normas estabelecidas pelo edital e pelo contrato, fornecendo as peças que forem necessárias;

9.1.2. Prestar aos funcionários da Contratada todas as informações e esclarecimentos necessários à execução dos serviços objeto do contrato;

9.1.3. Emitir as autorizações de execução de serviços necessárias, numeradas em sequência e assinadas pela autoridade competente;

9.1.4. Não permitir que a mão de obra disponibilizada pela Contratada execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas neste Termo de Referência e no contrato;

9.1.5. Autorizar a colocação de novas peças ou acessórios exigidos em virtude de leis ou determinações das autoridades competentes;

9.1.6. Designar servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior devidamente justificados e aceitos pela Contratante, não deve ser interrompida;

9.1.7. Exercer a fiscalização dos serviços por servidor especialmente designado e documentar as ocorrências havidas;

9.1.8. A Contratante poderá sustar, rejeitar, mandar fazer ou desfazer, no todo ou em parte, qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas;

9.1.9. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

9.1.10. Analisar e atestar os documentos de cobrança apresentados pela Contratada, pelos serviços prestados, por meio de representante designado. Caso haja incorreção dos documentos recebidos, os mesmos serão devolvidos à Contratada para as devidas correções. A nova contagem dos prazos para análise, ateste de fatura e pagamento recomeçará quando da reapresentação dos documentos devidamente corrigidos;

9.1.11. Aplicar à Contratada as sanções regulamentares e contratuais;

9.1.12. Comunicar à Contratada qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços;

9.1.13. Efetuar mensalmente o pagamento dos serviços prestados durante o mês anterior,

9.1.14. Fornecer quando necessário e requisitado para realização de testes: óleos lubrificantes e combustíveis.

10. DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei Federal nº8.666/93 e alterações posteriores**, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações indispensáveis ao desempenho de suas atividades.

10.3. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade integral e exclusiva da CONTRATADA quanto à integridade e à correção da execução do objeto a que se obrigou, suas consequências e implicações perante o CONTRATANTE, terceiros, próximas ou remotas.

10.4. A execução do contrato será acompanhada por um representante do CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. O servidor designado pelo CONTRATANTE irá exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução das obrigações e do desempenho da CONTRATADA, sem prejuízo desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.5. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE para representá-lo na execução do contrato.

10.6. Ficará a cargo da **Secretaria Municipal solicitante**, a fiscalização e o acompanhamento da execução de todas as fases e etapas dos serviços e das entregas do material.

10.7. Cabe ao Órgão Participante aplicar, garantia a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

PROCESSO: 5814/2023
Folhas: 108
SETOR DE LICITAÇÃO
PREFEITURA DE SAÍTO - TOCANTINS

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Conforme estabelecido no **Artigo 72 da Lei Federal nº 8.666/93**, é vedada a subcontratação da totalidade dos serviços objeto da licitação.

12. DAS SANÇÕES

12.1. A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada do Cadastro de Fornecedores mantido pela Administração Pública Municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesse edital, no contrato e das demais cominações legais, conforme dispõe o **artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02**, quando:

12.1.1. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato;

12.1.2. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no certame;

12.1.3. Ensejar retardamento da execução do objeto;

12.1.4. Não mantiver a proposta;

12.1.5. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.7. Cometer fraude fiscal.

12.2. A Contratada, na hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ressalvados os casos fortuitos e de força maior devidamente comprovado, estará sujeita às seguintes penalidades, garantida a sua prévia defesa no respectivo processo:

12.2.1. Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo;

12.2.2. Multa administrativa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor da parcela inadimplida, nas hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza;

12.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, por prazo não superior a dois anos;

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

12.3. A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo ao interesse do **objeto**.

12.4. A penalidade de suspensão temporária e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 anos poderá ser aplicado à Contratada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos:

12.4.1. Reincidência em descumprimento do prazo contratual;

12.4.2. Descumprimento parcial total ou parcial de obrigação contratual;

12.4.3. Rescisão do contrato;

12.4.4. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolos os, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.4.5. Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

12.4.6. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.5. As penalidades previstas de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa, sendo assegurada à Contratada a defesa prévia, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa.

12.6. Ocorrendo atraso injustificado na entrega do **material**, por culpa da Contratada, ser-lhe-á aplicada multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se em mora independente de notificação ou interpelação.

12.7. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato no prazo estipulado, importa inexecução total do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação das penalidades previstas no presente edital, inclusive multa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor da parcela inadimplida, facultando a Secretaria Municipal de Educação e Cultura a convocar a licitante remanescente, na forma do **artigo 64, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93**.

12.8. Os danos e perdas decorrentes de culpa ou dolo da Contratada serão ressarcidos a Secretaria Municipal de Educação e Cultura no prazo máximo de **03 (três) dias**, contados de notificação administrativa, sob pena de multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

12.9. As multas previstas neste ato convocatório não têm caráter compensatório e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada pelos danos causados a **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural, Secretaria Municipal de Agricultura e Secretaria Municipal de**



Transporte e, ainda, não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas em lei e que o contrato seja rescindido unilateralmente.

12.10. A multa aplicada deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da correspondente notificação e poderá ser descontada de eventuais créditos que a Contratada tenha junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sem embargo de ser cobrada judicialmente.

12.11. Constituem motivos para rescisão do contrato, por ato unilateral do Contratante, os motivos previstos no **artigo 78, I a XI da Lei Federal nº 8.666/93**, mediante decisão fundamentada, assegurados o contraditório, a defesa prévia e ampla defesa, acarretando a Contratada, no que couber, as consequências previstas no **artigo 80 do mesmo diploma legal**, sem prejuízo das sanções estipuladas em lei e neste edital.

12. DAS CONDIÇÕES PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO E PRAZO PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1. A Adjudicatária deverá dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias retirar a nota de empenho após a convocação realizada.

2.2. O prazo para a prestação de serviço é de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de retirada da nota de empenho, prorrogável na forma da lei, mediante justificativa por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente, nas hipóteses previstas na **Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores**.

12.3. A prestação de serviço deverá ser realizada na sede da **empresa vencedora**, conforme solicitação dos respectivos órgãos e após a emissão da nota de empenho.

PROCESSO: 58.14.12023
Folhas: 200
SETOR LICITAÇÃO
PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DE PÁDUA

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, mediante adimplemento de cada parcela da obrigação, através de transferência bancária em conta bancária indicada, por intermédio da apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência ao objeto executado. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

13.2. Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, serão devidos pelo Contratante 0,033%, por dia, sobre o valor da parcela devida, a título de **compensação financeira**.

13.3. Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, **juros moratórios** de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (seis por cento).

13.4. Ocorrendo antecipação no pagamento dentro do prazo estabelecido, a Prefeitura Municipal fará jus a um desconto de 0,033% por dia, a título de **compensação financeira**.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Conforme estabelecido no **Artigo 72 da Lei Federal nº 8.666/93**, é vedada a subcontratação da totalidade dos serviços objeto da licitação.

15. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.1. A revisão e o cancelamento dos preços registrados têm como embasamento legal o Decreto Municipal nº015, de 17 de fevereiro de 2017 artigos 16, 17, 18, 19 e 20 conforme abaixo:

“Art. 16 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 17 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

§ 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Art. 18 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

PROCESSO:	5814	2023
Folhas:	201	
SEÇÃO DE LICITAÇÃO		
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO DE PÁDUA		

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Art. 19 O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1.993, ou no art. 7º nº 10.520, de 2.002.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV deste artigo, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

Art. 20 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.


MARIA CRISTINA CRETTON FRANÇA
Responsável pelo Órgão Gerenciador


MULTI PEÇAS PÁDUA LTDA
Gerson Silva da Cunha
11.701.636/0001-871
MULTI PEÇAS PÁDUA LTDA -
Estr. Pádua-Pirapetinga, s/n - Km 02 - RJ-116
Bairro Santa Afra - Cep 28470-000
Santo Antônio de Pádua - RJ